

Economia cresce mas estatísticas ainda divergem

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — Os últimos dados sobre o desempenho econômico brasileiro indicam crescimento positivo em vários setores neste ano, embora os números disponíveis sejam diferentes entre si. O IBGE fala em 3 ou 4 por cento de crescimento do PIB, números confirmados pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, mas tanto o Fundo Monetário Internacional quanto o Banco Central estão trabalhando com taxas entre 1 e 2 por cento. Para o economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo, do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, essas disparidades têm uma explicação racional. As projeções do IBGE estão sendo desenvolvidas com base no índice de crescimento do setor industrial nos primeiros oito meses do ano, sem considerar que entre as amostras levantadas pela fundação predominam aqueles vinculadas às grandes empresas exportadoras, cuja performance positiva tem sido excepcional. Além disso, o IBGE utiliza a matriz industrial de 1975, na qual os setores de exportação e de mercado interno permanecem estreitamente atrelados. Dessa forma, as relações entre os segmentos da indústria, comércio e agricultura se estabelecem de forma distante da realidade. Embora o desempenho dos dois últimos esteja longe de acompanhar o do primeiro, o fato é que, como resultado do emprego de uma matriz superada, as projeções de crescimento são mais elevadas.

Já o Banco Central e o Fundo Monetário International trabalham com estatísticas que levam em conta as condições restritivas de demanda interna, cuja evolução está subordinada à uma política de rigidez de crédito programada pelo próprio FMI. As análises do IBGE jogam com um nível de crescimento sustentado apenas pelas exportações, explica Belluzzo, cujas taxas até agora são da ordem de 40 por cento. Considerando-se que as exportações participam com 10 por cento da compo-

sição integral do PIB, somente essa variável permite que as projeções de crescimento econômico sejam da ordem de 4 por cento. Entretanto, lembrou o economista, o comportamento negativo do mercado interno tende a comprimir essa base. Não se pode esquecer também, argumentou, que o desempenho das exportações não será o mesmo até o final do ano. Já a partir de setembro as importações americanas reduziram-se em 16 por cento. Se a trajetória de queda permanecer ao longo do tempo, a taxa de crescimento das exportações brasileiras tende a diminuir e, em função disso, as perspectivas para 85 seriam ainda mais alarmantes. "O Governo e os empresários poderão quebrar a cara", salientou ele, porque não existe nenhuma fonte interna de crescimento ativada. Caso as exportações, mesmo em 84, caíam de 40 para 20 por cento, por exemplo, até as projeções do IBGE terão que ser revistas, sem qualquer referência à queda de 4 por cento do comércio em 84 (ainda mais grave porque comparada a uma base já negativa da ordem de 10 por cento em 83) e à falta de sinais de retomada da agricultura, cuja safra de 50 milhões de toneladas de grãos é a mesma há vários anos.

Na opinião do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, não existem condições satisfatórias de se fazer prognósticos por enquanto. Ele entende também que está cada vez mais difícil dar uma receita que contribua para a reversão do atual quadro econômico do País. O déficit público continua elevado, o que torna a situação financeira do governo extremamente complicada, uma vez que ele não dispõe de fontes ativas de criação de demanda e o setor privado não vai querer abrir mão de seu capital líquido para fazer investimentos de retorno incerto. De qualquer forma, Belluzzo sugere uma urgente reforma financeira global, um "jogo" que ele próprio reconhece ser difícil "e que depois do pacote aprovado pelo Conselho Monetário Nacional parece cada vez mais distante de ser operacionalizado".